



## 1,5 mil juizes apoiam manifesto contra reforma trabalhista de Temer

Mais de 1,5 mil juizes do Trabalho associados à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) aderiram ao [manifesto dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho](#) no qual criticam uma possível desconstrução do Direito do Trabalho no Brasil.

O documento inicial foi criado e assinado por 20 ministros do TST. Ele é apontado como uma resposta às propostas que estão sendo discutidas no governo do presidente interino Michel Temer, que planeja uma reforma previdenciária seguida de uma reforma trabalhista.

No documento intitulado *Documento em defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil*, os ministros afirmam que é preciso esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico, social, previdenciário, segurança, político, saúde pública, entre outros tantos aspectos. Conforme os ministros, neste momento de grave crise política, ética e econômica, torna-se essencial uma reflexão sobre a importância dos direitos, em particular os sociais trabalhistas.

O posicionamento não é unânime no TST. Dos 27 ministros da corte, o manifesto conta com a assinatura de 20 integrantes. O próprio presidente do tribunal, ministro Ives Gandra Martins Filho, já afirmou, em entrevista à **ConJur**, que em tempos de crise econômica que a reforma trabalhista se faz mais urgente. "Dizer que em períodos tais, quando os trabalhadores estão fragilizados, não se devem promover reformas, é esquecer que também as empresas estão fragilizadas e quebrando, o que exige rápida intervenção para recuperar uns e outros. E isso só se faz afrouxando um pouco a corda que vai enforcando a todos, encontrando o ponto de equilíbrio de justa retribuição ao trabalhador e ao empresário empreendedor", afirmou.

Na avaliação do presidente da Anamatra, Germano Siqueira, contudo, o apoio de 1,5 mil magistrados é simbólica e marca a posição majoritária da magistratura do Trabalho em defesa dos direitos sociais. "Qualquer outro discurso contrário a isso é inoportuno e representa grave ameaça aos alicerces e a um mercado civilizado e justo para todos. Toda e qualquer proposta de reforma deve observar a Constituição Federal, que prevê a construção progressiva de novos direitos no intuito de melhorar a condição social do trabalhador e não de reduzir as suas conquistas históricas e fundamentais", explica.

A 1,5 mil assinaturas foram colhidas pela Anamatra em uma semana. Contudo, o documento continua aberto para novas adesões de juizes de todos os ramos do Poder Judiciário, membros de outras carreiras, instituições, acadêmicos, entidades da sociedade civil e outros interessados. Para manifestar o apoio basta encaminhar e-mail para [presidencia@anamatra.org.br](mailto:presidencia@anamatra.org.br), informando nome, cargo e instituição. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Anamatra.*

Clique [aqui](#) para ler o documento.